

RORAIMA ENERGIA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	1.202.323	(19.338)	7.598	(1.572.053)	(381.470)
Ganho com benefício pós-emprego	-	490	-	-	490
Reembolso da conta de consumo de combustível	-	241.368	-	-	241.368
Reservas de subvenção	-	-	31.509	-	31.509
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.195	4.195
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.202.323	222.520	39.107	(1.567.858)	(103.908)
Perda com benefício pós-emprego	-	(1.331)	-	-	(1.331)
Reservas de subvenção	-	-	42.506	-	42.506
Lucro líquido do exercício	-	-	-	283.115	283.115
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.202.323	221.189	81.613	(1.284.743)	220.382

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

RORAIMA ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	283.115	4.195
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação do imobilizado	1.148	995
Depreciação de direitos de uso	264.719	66.768
Depreciação de obrigações especiais	(8.139)	(6.178)
Amortização do intangível	31.163	29.173
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	106.328	43.356
Despesa com provisão para perdas de créditos esperadas	(32.087)	(43.191)
Despesa com atualização dos processos judiciais	11.436	17.503
Despesa (Reversão) com provisão para riscos trabalhistas	(65.141)	10.279
Receita de Avaliação a Valor Justo – AVJ	(12.391)	(28.219)
Reembolso CCC	-	241.368
Lucro da exploração Sudam	42.506	31.509
Avaliação atuarial	(1.331)	490
Impostos diferidos	-	(4.995)
Ajuste no intangível	(65)	420
	621.261	363.473
Aumento/redução dos ativos		
Clientes	9.627	15.785
Direito de ressarcimento	75.032	(166.338)
Almoxarifado	(18.437)	(7.693)
Tributos a recuperar	(91.493)	25.652
Ativos setoriais	(2.538)	127.427
Cauções e depósitos vinculados	(799)	(1.450)
Outras contas a receber	62.113	88.457
Aumento/redução dos passivos		
Fornecedores	(38.982)	(30.111)
Tributos a recolher	12.196	26.248
Obrigações trabalhistas e sociais	1.227	(1.462)
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(4.098)	(100)
Pesquisa e desenvolvimento	8.203	708
Passivos setoriais	(44.458)	(16.123)
Passivos da CERR	(29.276)	(58.466)
Passivos da Eletrobras	(6.679)	(279)
Benefícios pós-emprego	1.487	(566)
Outras contas a pagar	14.717	(6.053)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	569.103	359.109
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(27.975)	(12.288)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	541.128	346.821

RORAIMA ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

(Continuação)	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos de contrato	(51.837)	(50.272)
Aquisição de imobilizado	(6.823)	(1.234)
Aquisição de intangível	(606.711)	(4.837)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento	(665.371)	(56.343)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	602.867	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(334.741)	(243.452)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	268.126	(243.452)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	143.883	47.026
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81.004	33.978
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	224.887	81.004
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	143.883	47.026

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Roraima Energia S.A. ("Companhia" ou "RRE"), é uma sociedade por ações de capital fechado, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, sob o controle acionário da Oliveira Energia Geração e Serviços S.A.

A Companhia detém concessão válida até dezembro de 2048, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica no estado de Roraima, conforme Contrato de Concessão nº 04/2018, assinado em 11 de dezembro de 2018, com atuação em todo o estado de Roraima, atendendo a 199.555 consumidores em 31 de dezembro de 2022. A Companhia possui sede na cidade de Boa Vista, estado de Roraima.

Conta-Covid

Para aliviar parcialmente os impactos financeiros sofridos pelas distribuidoras causada pela pandemia COVID-19, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 885/2020 que regulamentou o Decreto nº 10.350 de 2020 para a criação da Conta-Covid. A Conta-Covid antecipou recursos financeiros para as distribuidoras via o mecanismo tarifário.

Em 31 de dezembro de 2021, conforme os Despachos 2.177/2020, 2.353/2020, 2.640/2020, 2.914/2020, 3.197/2020 e 3.490/2020 respectivamente, publicados pela ANEEL, a Companhia recebeu o montante de R\$ 60.303 da Conta-Covid, sendo:

	31/07/2020	12/08/2022	14/09/2020	13/10/2020	12/11/2020	14/12/2020	Total
Valor recebido	57.318.582,03	602.922,28	551.705,08	632.766,35	605.238,70	591.927,76	60.303.142,21

A cobertura tarifária para este dispêndio dada no Reajuste Tarifário Anual – RTA no ano de 2021, foram amortizados no decorrer do ano tarifário (Nov./2021-Out./2022) devidamente cobertos pela tarifa vigente, cabendo a concessionária o repasse destes a CDE (vide nota explicativa nº 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais).

Plano de Resultado Econômico-Financeiro

Em 02 de março de 2022, a ANEEL reportou-se ao Processo 48500.002805/2018-11, referente ao Plano de Resultados para fins de reequilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através do Ofício nº 43-2022 SFF/ANEEL, de 22 de fevereiro de 2022, e Nota Técnica nº 29-2022 SFF/ANEEL, em que a análise concluiu pela sua aprovação com ressalvas e acompanhamento trimestrais do resultado econômico-financeiro com a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF a partir de outubro de 2021.

A análise do acompanhamento pela SFF/ANEEL nos primeiros 12 (doze) meses do Plano de resultados (outubro de 2021 a setembro de 2022) indicou evolução no fluxo de caixa em relação aos períodos anteriores e dentro da projeção, manteve-se a previsão de recebimentos de precatórios e as despesas gerenciáveis apresentaram proximidade do PMSO com o nível regulatório.

De toda forma, percebeu-se a evolução na geração de caixa e, junto ao recebimento dos precatórios e do acordo com o Serviço público, a situação econômico-financeira da Companhia está convergindo para a sustentabilidade.

A Companhia apresentou em 2022 patrimônio líquido positivo, no montante de R\$ 220.382 (negativo de R\$ 103.908 em 2021), tendo apurado lucro de R\$ 283.115 (lucro de R\$ 4.195 em 2021). A Administração, implementou ações objetivando a redução dos custos operacionais, do índice de perdas de energia, redução da inadimplência, manutenções e investimentos necessários nas linhas, redes e subestações, de forma a melhorar o desempenho econômico e financeiro da Companhia.

2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP) e as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiros e das normas definidas pela ANEEL.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de março de 2023.

3. Moeda funcional e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em milhares de reais foram arredondados para o milhar mais próximo.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Continuidade operacional – Contexto operacional (nota explicativa nº 1);
- Provisão para perdas esperadas (nota explicativa nº 8);
- Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público (nota explicativa nº 16); e
- Provisão para contingências (nota explicativa nº 23).

Os valores definidos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas pelo menos anualmente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 15 – prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas substancialmente com base no custo histórico.

6. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, se houver.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é registrado no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2022 e 2021.

b. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 (doze) meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.